



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ACTA NÚMERO CINCO

ACTA DA 1.ª REUNIÃO DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E SETE.

— Aos dezoito dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, no Salão D. Manuel I, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Maia, na sua 1.ª Reunião da 2.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 27 de Março de 2007 e com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O
ESTIPULADO PELO ART.º 39.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL;

2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O
ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3.1. RENÚNCIA DO SENHOR DEPUTADO GASPAR MANUEL MARTINS
PEREIRA, SUA SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ARTIGO 8.º E 11.º DO
REGIMENTO;

3.2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 3/2007;

3.3. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, ((ALÍNEA E)) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO
REGIMENTO;

3.4. PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2006 DA
CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA;

- 3.5. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO;
- 3.6. DOCUMENTOS FINAIS OBRIGATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ELECTRICIDADE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA, RELATIVOS AO ANO DE 2006;
- 3.7. INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA REALIZADA AO EXERCÍCIO DE 2004, EM SEDE DE IVA. APRESENTAÇÃO DE GARANTIA REAL, NO ÂMBITO DO PROCESSO DE RECLAMAÇÃO GRACIOSO, NOS TERMOS DO CPPT;
- 3.8. ADESÃO DO MUNICÍPIO DA MAIA À ASSOCIAÇÃO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PORTO, RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 20 DE MARÇO DE 2003;
- 3.9. CERTIFICADO DE REGISTO DE CIDADÃO DA UNIÃO EUROPEIA;
- 3.10. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE ESTACIONAMENTO E PARQUEAMENTO DO CONCELHO DA MAIA – EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA;
- 3.11. ELEIÇÃO DE UM SENHOR PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EFECTIVO E UM SUPLENTE PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA DA MAIA NO XVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES;
- 3.12. RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MUNICIPAL PARA ESTUDO DO IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO DAS LINHAS DOS STCP NO CONCELHO DA MAIA;
- 3.13. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS: "MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.M.", DA "EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M.",

M
JMF

DA "ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.M.", DA "TUM – TRANSPORTES URBANOS DA MAIA" E DA "ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA, PRODUÇÕES CULTURAIS, E. M." - (para conhecimento) .

----- Devido à ausência do seu Presidente, Senhor Luciano da Silva Gomes, a reunião foi presidida pela 1.^a Secretário, Senhor Domingos de Jesus e Sousa, sendo secretariado pelas Senhoras Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e Joana Martins dos Santos Ascenção como 1.^a e 2.^a Secretárias respectivamente. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO, SENHOR DOMINGOS DE JESUS E SOUSA, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes e justificou a ausência do senhor Presidente da Assembleia, Luciano da Silva Gomes, por motivo de doença súbita e grave da senhora sua mãe. Informou, ainda, que a Senhora Deputada Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva, havia informado não poder comparecer à presente Sessão por falecimento de um familiar, cujo funeral havia ocorrido neste dia. Lembrou a todos os Senhores Deputados que no próximo dia 20 de Abril, Sexta-feira, a Assembleia Municipal iria realizar um debate sobre o Quadro de Referência Estratégica Nacional – QREN – no qual iria participar como orador convidado o Senhor Emídio Gomes, professor Catedrático e Administrador Executivo da Junta Metropolitana do Porto. Apelou à mobilização de todos os senhores deputados para este evento, para o qual tinham sido convidados todos os autarcas do concelho. Lembrou, também, que a Assembleia Municipal iria evocar o dia 25 de Abril de 1974, numa cerimónia que seria iniciada com o hastear das bandeiras nacional e do município seguida de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, no Salão Nobre, para a qual haviam sido convocados todos os Senhores Deputados. Pediu a todos os Senhores Deputados para comparecerem, para significarem uma data que marcou uma viragem fundamental na história recente de Portugal. Lembrou os cidadãos presentes e interessados em intervir no

Período de Intervenção do Público deveriam fazer a sua inscrição prévia. Os que ainda não o tivessem feito deveriam pedir à Mesa o impresso próprio, que deveriam devolver após o seu preenchimento. Informou que a Senhora Deputada Andreia Sofia Pereira Andrade, do Partido Socialista, tinha pedido a suspensão do mandato por seis meses. Foi substituída pelo senhor João Veloso da Silva Torres, que por já ter sido anteriormente identificado tomou o lugar na sua bancada. O documento comprovativo do pedido atrás referido faz parte integrante da acta como **documento 1**. Verificadas as presenças constataram-se as ausências dos Senhores Deputados Abilio Rodrigues de Sousa, Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva, Cândido Joaquim Lima da Silva Graça e Luciano da Silva Gomes. Informou ter recebido a seguinte correspondência: do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a indicação do Senhor Deputado Marco José Duarte Martins, como representante da sua Bancada no Conselho Municipal da Juventude da Maia; da Assembleia Municipal do Marco de Canaveses documentação sobre a reabertura da linha ferroviária até Barca de Alva e reinternacionalização da Linha do Douro; um ofício da Santa Casa da Misericórdia da Maia, com uma agenda de contactos e dois jornais escolares: o "Pequenos Jornalista" do Agrupamento de Escolas de Águas Santas e o "O Quinas" da Associação de Solidariedade Social Mouta-Azenha Nova – ASMAN.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados:

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA informou que a candidata do Partido Socialista à Câmara Municipal de Valongo, no seu Manifesto Eleitoral havia prometido que iria mandar proceder à limpeza do Rio Leça em toda a extensão do seu percurso no concelho de Valongo e que após a sua despoluição iria mandar construir um Parque de Lazer, na sua margem esquerda no lugar da Travagem, freguesia de Ermesinde. Apesar de não ter conquistado a Câmara Municipal, o seu Presidente tinha-se aproveitado da promessa socialista ao divulgar que iria mandar



proceder à limpeza do rio e à construção de um Parque de Lazer na Travagem. Pediu à Câmara Municipal da Maia que tomasse a mesma atitude da sua congénere de Valongo, pelo menos na limpeza do rio, uma vez que no que respeitava a um Parque de Lazer, lhe parecia não existir um local adequado para a sua construção. Considerou de fácil concretização uma limpeza, uma vez que a montante e a jusante do nosso concelho haviam duas ETAR's, das quais já se notava uma melhoria substancial da qualidade da água, que apesar de não conter vida, era uma pouco mais limpida. O fim dos açudes de rega tinha servido para agravar a situação. Sugeriu à Câmara Municipal para contratar dois ou três funcionários para cada uma das margens, aos quais com equipamento adequado fosse atribuída a tarefa de efectuarem a limpeza e vigilância do Rio Leça. Lembrou que nos anos sessenta do século passado, os cidadãos que não tinham possibilidades económicas para irem para a praia e tomarem banhos no mar, utilizavam as margens do Rio Leça como alternativa à praia marítima. Se a Câmara Municipal aceitasse a sua sugestão seria possível haver um passeio pedonal nas margens do Rio Leça de montante a jusante. Reiterou o pedido para bem de todos e do ambiente que todos deveriam preservar.

MANUEL JOSÉ DA SILVA CORREIA iniciou a sua intervenção dizendo que subscrevia as palavras do Senhor Deputado Arídio Teixeira. Solicitou à Câmara Municipal empenho na despoluição do Rio Leça pois a sua beleza a merecia. De seguida pediu informações sobre o ponto da situação do anunciado, mas agora não referido na comunicação social, prolongamento da Linha Amarela do Metro do Porto, para Norte do Hospital de S. João até à Estação Parque na Maia, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como documento 2.

FRANCISCO AMORIM SANTOS BAPTISTA informou que iria abordar duas questões. A primeira que pela sua importância não poderia ser esquecida e a segunda por ser demasiado bizarra. A Sessão Extraordinária que tinha debatido o Diagnóstico Social da Maia, na qual

fora apresentado um documento muito bem elaborado que espelhava os problemas sociais do nosso concelho. Lamentou que na Sessão Extraordinária não tivesse havido condições para ser feita a análise séria dos problemas sociais do nosso concelho. Pelo menos, pela parte do Bloco de Esquerda, não foi possível poder dar o seu contributo para contribuir para a resolução de algumas situações, que eram de fácil resolução, pois tinham poucos gastos e muito pouca burocracia. A Assembleia tinha perdido muito do seu tempo na discussão do trabalho realizado, dos aspectos positivos, tendo esquecido as maiores e mais graves preocupações na área social. Sugeriu a necessidade de realização de uma futura Sessão sobre o mesmo tema. O segundo tema dizia respeito ao Ecocentro instalado na freguesia de Folgosa junto às instalações da Siderurgia Nacional. Contou que em determinado dia se tinha dirigido a esta unidade de recolha de resíduos para proceder à descarga de lixo e de entulho, que não pode realizar pois não havia contentor para o lixo e o do entulho estava cheio. Oito dias mais tarde foi-lhe possível proceder à descarga do entulho. Naquele dia, pela mesma razão, um camião carregado de entulho por não ter conseguido fazer a sua descarga no Ecocentro, deixou-o nas proximidades na margem da estrada. A mesma situação se tinha verificado com uma viatura carregada com pára-choques de viaturas, que por não existir no Ecocentro contentor para este tipo de material, foram despejados na berma da estrada. Estas duas situações lamentáveis e bizarras deveriam merecer a atenção a actuação da Câmara Municipal. Apelou uma maior vigilância sobre descargas de lixo em locais proibidos e à possibilidade de os Ecocentro terem um local para a descarga de lixo e de sucata. A finalizar disse que subscrevia as palavras do Senhor Deputado Arídio Teixeira sobre a despoluição do Rio Leça, pois por ser sócio fundador da Associação Amileça, era um dos defensores da limpeza de um rio, por muito considerado o "rio dos poetas" e que actualmente, a ser apelidado, seria de algo muito diferente e até inconveniente.

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES disse que iria colocar duas questões ao Executivo



Municipal, uma sobre Educação e outra sobre o Metro. Sobre a primeiro disse que tinha tomado conhecimento por um cidadão de Vila Nova da Telha de que na Escola do Lidor iria ser construído um Pavilhão. Esta informação deixara-o triste por duas razões, a primeira por ter obtido a informação por terceiros e a segunda por considerar que, para resolver o aumento demográfico das freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha, se mandasse proceder à construção de um Pavilhão naquele local, pois iria ter um impacto ambiental negativo, numa escola exemplar e num local que considerou bonito. A direcção da Escola do Lidor confirmara-lhe a notícia, esclarecendo que o mesmo se destinava a uma turma do primeiro ano e que este futuro novo espaço seria insuficiente para a capacidade da escola. Em contacto com os pais e encarregados de educação residentes nas freguesias, ouviu deles o desagrado pelo facto de a escola estar superlotada com alunos do exterior e os moradores das freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha eram obrigados a matricular os seus filhos noutras estabelecimentos escolares mais distantes. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre esta situação e para quando estavam previstas as obras da Escola da Prosela, de forma a estarem concluidas antes do inicio do novo ano lectivo. Sobre o Metro referiu uma reunião realizada, por iniciativa da Junta de Freguesia da Vila de Moreira no Salão dos Bombeiros de Moreira, na qual tinha sido discutida o impacto da linha do Metro na zona envolvente à linha nas freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha. Nessa reunião fora aprovada uma moção que definia determinadas prioridades ao escoamento de trânsito, uma delas era a construção de uma variante à Rua do Dr. Farinhote. Na Sessão da Assembleia Municipal realizada em Setembro último, o Senhor Vice-Presidente da Câmara informara-o que a variante iria estar concluída no espaço de 365 dias. Perante esta informação, passados que foram seis meses, pediu que fosse informado para quando estava previsto o inicio das obras, uma vez que até ao presente nada estava iniciado. Apesar de saber que as obras eram da responsabilidade da Empresa Metro do Porto, pediu à Câmara Municipal para intervir junto da

Metro do Porto, no sentido de cumprir os prazos acordados e ajudar a resolver um problema que afecta as populações da zona poente do concelho. -----

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO sobre a atribuição da Bandeira Verde ao concelho da Maia, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 3**. -----

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA prescindiu do uso da palavra. -----

JOAQUIM SOARES DA SILVA sobre o Jardim Zoológico da Maia leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 4**. -----

ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA sobre as notícias publicadas sobre o município da Maia, a forma como decorreu a última Sessão das Assembleia Municipal e sobre o congestionamento de trânsito na EN 14, entre o Chiolo e o Castelo da Maia, leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 5**. -----

ARMINDO DA SILVA MOUTINHO lamentou a situação deplorável provocada por roulotes que, junto à estrada, na Rua da Castanheira, na freguesia de Barca, vendiam comida, provocando uma péssima imagem num concelho ao qual tinha sido atribuída a Bandeira Verde pelas boas práticas na defesa do ambiente. Esta situação só seria possível num país do terceiro mundo, jamais no concelho da Maia. O estendal de roulotes ali sedeadas, não estacionadas, pois encontravam-se no mesmo sítio há longos meses, talvez anos, já tinha sido objecto de algumas infrutíferas intervenções, uma delas o corte de fornecimento de energia eléctrica por parte da EDP. A electricidade era fornecida por um cabo fixado num pinheiro, colocando em risco a vida de pessoas. Tinha sido prevista uma acção conjunta de várias entidades, que fora abortada à última hora. Parecia-lhe que as autoridades, com competência para intervirem, temiam enfrentar os ilegais e os fora-da-lei. Acusou a GNR de impotência e a ASAE de não querer intervir, para acabar com esta situação. A falta de condições de higiene e sanitárias no local eram alarmantes, pois não havia locais para os frequentadores da roulotes fazerem as suas necessidades fisiológicas. Na sua maioria, os



frequentadores eram jovens, muitos deles marginais ou com um duvidoso currículo cívico. O abusivo estacionamento das roulotte, acrescido ao estacionamento indevido das viaturas dos frequentadores, agravado, ainda mais, pelo facto dos mesmos se encontrarem a comer e a beber no eixo da via, tornava quase impossível a passagem dos moradores para as suas casas, pois se se atrevessem a chamar a atenção, eram insultados e ameaçados. O ruído era uma constante, que impedia os residentes de estarem tranquilos nas suas casas e de dormirem com o sossego que a lei obriga, pelo facto de as roulotte funcionarem até altas horas da madrugada com a música e o barulho dos utentes e das suas viaturas. Pediu à Câmara Municipal para tomar as medidas tidas por convenientes para acabar com uma situação alarmante, de risco para pessoas, de grave poluição ambiental, de saúde pública e acima de tudo, pediu à Câmara Municipal para colocar um ponto final num flagelo que há anos não permitia o merecido sossego e tranquilidades aos moradores daquela área do concelho.

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA homenageou o professor José Vieira de Carvalho que se fosse vivo, neste dia seria o aniversário. Recordou-o com emoção como um maiato de exceção e um autarca de excelência e de referência. Lamentou com tristeza que tenha ouvido intervenções de Senhores Deputados pela boca dos jornalistas. Sugeriu à CDU que preparasse melhor os trabalhos de casa e para prestar mais atenção às homologações aprovadas, pois a Assembleia Municipal tinha aprovado o estatuto remuneratório dos administradores das empresas municipais, contra a vontade da CDU, que também discordava da existência de empresas municipais. Informou o Senhor Deputado Adélio Grazina, que o Estatuto Remuneratório que a Assembleia Municipal vinha aprovando ao longo dos últimos anos, estava tão bem elaborado e aprovado que o Governo tinha decidido adoptar como Lei, o Estatuto Remuneratório das Empresas Municipais da Maia. Esclareceu o Senhor Deputado Adélio Grazina que o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Engenheiro Silva Tiago, tinha toda a confiança e solidariedade política da Maioria que

suportava a Assembleia Municipal. Esta confiança e solidariedade era-lhe devida por uma questão de justiça que transcendia a Maioria. Lembrou que aos tribunais competia tratar dos assuntos judiciais e aos políticos tratar dos assuntos políticos tratar dos assuntos de natureza política. Realçou o desempenho autárquico do Senhor Engenheiro António Domingos da Silva Tiago. Disse ao Senhor Deputado Adélio Grazina: "Vossa exceléncia é demasiado calouro, perdoe-me o termo, nesta Assembleia Municipal para começar a questionar a arbitragem". Lembrou ao Senhor Deputado da CDU ao ter acusado a Mesa de ter feito uma interpretação restritiva, de uma cláusula, também restritiva do Regimento, que a Mesa sempre se pautara por uma postura, isenta, consensual e democrática não só na condução dos trabalhos das Sessões, como nas reuniões preparatórias com o Grupo de Trabalho das Actividades da Assembleia Municipal. Perguntou ao Senhor Deputado Adélio Grazina se no país conhecia outras Assembleias Municipais onde todos os líderes se reuniam com a Mesa para analisarem os assuntos da Assembleia Municipal e de forma consensual e democrática. Lamentou a atitude do Senhor Deputado da CDU, sobretudo pelo facto de se ter aproveitado da ausência do Senhor Presidente da Assembleia, por razões familiares, para beliscar na idoneidade da Mesa. Informou que iria apresentar um Voto de Protesto, não nesta devido à ausência do seu Presidente, mas na primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal por ele presidida.

ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA pediu a palavra para usar o direito de resposta. Disse que por ser uma realidade a sua condição de "calouro" perdoava ao Senhor Deputado António Fernando esse apelido. O que não perdoava era a acusação feita à CDU de não poder ter o direito de opinião. A CDU tinha emitido a sua opinião sobre os acontecimentos verificados na última Sessão da Assembleia Municipal e contra essa opinião nada haveria a acrescentar, salvo o respeito pela opinião dos outros. Confirmou que a CDU discordava por uma questão de princípio da Existência de Empresas Municipais e do seu Estatuto



Remuneratório. A Comunicação Social, sobre assuntos da autarquia, era a única fonte de informação da CDU. Realçou a facto de o próprio Senhor Presidente da Câmara ter admitido, na Comunicação Social, a existência de alguns excessos em determinadas situações. Reiterou a critica da CDU ao Estatuto Remuneratório, que o Senhor Presidente da Câmara havia assumido o seu não cumprimento integral. A finalizar apelou ao Senhor Deputado António Fernando para no futuro respeitar de forma pacífica a opinião dos outros.

O PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES em resposta ao Senhor Deputado Arídio Teixeira disse que estava de acordo com o que ele e os outros Senhores Deputados tinham dito sobre a poluição do Rio Leça e que a autarquia de Valongo estava a pedir para os seus municípios não lançarem os seus esgotos no rio. Informou que a Câmara Municipal da Maia havia apresentado um Projecto de Despoluição do Rio Leça que a então Senhora Ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, não tinha aprovado. A Maia recebia o rio poluido a montante e não era poluido no seu percurso no concelho da Maia, por acção do sistema de esgotos e de três ETAR's existentes no concelho. A Junta Metropolitana da Grande Área Metropolitana do Porto – GAMP – iria fazer o trabalho de despoluição do Rio Leça, uma vez que com a entrada de novos concelhos o rio passou a ser atravessado em todo o seu percurso, da nascente à foz, por concelhos da GAMP: Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos. Ao Senhor Deputado Manuel Correia disse que a Maia era atravessada por três linhas do Metro e que a Vermelha Estádio do Dragão-Póvoa do Varzim; a Verde Estádio do Dragão-Ismai e a Violeta Estádio do Dragão-Aeroporto. O prolongamento da Linha Amarela a partir do Hospital de S. João até à Estação Parque na Maia, não era uma obra prioritária, mas estava previsto mas que seria realizado quando houvesse vontade política e cabimentação financeira. Ao Senhor Francisco Baptista disse que desconhecia a situação por ele referida e que a iria verificar e mais tarde informá-lo dos resultados obtidos. Esclareceu que o entulho poderia ser descarregado na LIPOR. Ao Senhor

Deputado Floriano Gonçalves disse que na Escola do Lidor não ia ser construído qualquer pavilhão, mas apenas uma nova sala de aulas e que as obras na Escola da Prosela iriam ficar concluídas antes do início do nono ano escolar. As obras a realizar pela Empresa Metro do Porto, estavam atrasadas devido ao recurso de um concorrente que tinha perdido a empreitada. Não obstante o processo de adjudicação estava numa fase final, pelo que se aguardava brevemente o início dos trabalhos no terreno. Agradeceu as palavras do Senhor Deputado Rui Monteiro sobre a atribuição da bandeira verde ao concelho da Maia. Informou que o município da Maia tinha sido o sétimo, num grupo de vinte e quatro concelhos, que tinha ultrapassado em 60% os índices de candidatura exigidos. Ao Senhor Deputado Joaquim Soares manifestou uma igual preocupação pela perseguição que estava a ser feita ao Zoo da Maia. Pediu ao Senhor Deputado Carlos Teixeira, que por ser o seu Director, esclarecesse a Assembleia sobre o que estava a acontecer. Esclareceu o Senhor Deputado Adélio Grazina que todos os administradores das Empresas Municipais, não auferiam qualquer importância remuneratória, o valor remuneratório era zero. Apenas na Espaço Municipal um Administrador tinha um vencimento que era inferior ao seu. Sobre o congestionamento de trânsito na EN 14, entre o Chiolo e o Castêlo, um problema muito antigo e para o qual havia um projecto de construção de uma variante, que aguardava vontade política para a sua realização. Apelou aos Senhores Deputados para o ajudarem a conseguir a construção da variante. Informou que no cruzamento da mesma via com a Rua da Pinta iriam ser colocados semáforos para possibilitar a passagem a peões. Ao Senhor Deputado Armindo Moutinho disse ser verdade o que havia dito sobre as roulotes na Rua da Castanheira. Prometeu que iria liderar o processo com as autoridades competentes para erradicar as roulotes do local. -----

CARLOS DOS SANTOS TEIXEIRA em resposta ao pedido de esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara disse que desde a sua fundação que o Zoo da Maia era vítima de uma cabala que lhe era movida por ser um simples e humilde Presidente de Junta. E essa cabala



visava o encerramento por meios habilidosos. No mês de Outubro do ano de 2002 o Zoo tinha sido vistoriado com o objectivo poder reunir as condições de funcionamento quando viesse a ser publicada legislação em preparação. Recebera então algumas sugestões de melhoria que efectivara. No ano de 2004 soube pelos jornais que o Zoo da Maia iria fechar com a publicação de notícias depreciativas com o objectivo de o enxovalhar. Só depois disso recebeu o Relatório da Inspecção de 2002. Este documento impunha um prazo de três meses para serem feitas adaptações, profundas e quase impossíveis de concretizar. No dia 1 de Abril do ano de 2005 foi publicada legislação dedicada ao bem-estar animal e ao licenciamento de parques similares e no dia 26 de Julho desse ano foi realizada a primeira inspecção com base na nova legislação. De novo foi imposto um prazo de seis meses para poder ser licenciado o seu funcionamento. Caso contrário, procederiam ao seu encerramento. Com a ajuda de muitas entidades, entre as quais a Câmara Municipal e Empresas, foi possível fazer cumprir dentro do prazo na totalidade as exigências impostas. Ao fim do prazo estipulado, quando se esperava a análise à obra realizada, receberam uma nova inspecção, visando a imposição de uma enormidade de novas exigências e a ameaça de encerramento se dentro no prazo de seis dias não fossem concretizadas. Com a ajuda da Câmara Municipal e dos seus técnicos, fora possível, apesar de tudo, cumprir as imposições. Una dias antes desta vistoria a sua Inspectora numa entrevista publicada num jornal nacional, tinha afirmado que o Zoo da Maia iria encerrar, por não poder cumprir dentro do prazo as alterações impostas. Apesar do desmentido a Direcção do Zoo da Maia viu-se confrontada com a perda de algumas visitas escolares e de alguns patrocínios e teve de enfrentar novos desafios para o poder manter em funcionamento e continuar a garantir os postos de trabalho de quarenta postos de trabalho dos quais sete portadores de deficiência. No dia 25 de Setembro do mesmo ano receberam os inspectores que vieram verificar o resultado das propostas apresentadas pela inspecção de 26 de Julho. No fim da visita foram felicitados por terem conseguido satisfazer na íntegra as recomendações.

cumprindo todas as condições de funcionamento. Deste acto com alegria deu conhecimento às entidades envolvidas, Junta de Freguesia e Câmara Municipal, por ter conseguido vencer uma luta que durava há cerca de vinte anos. Uns tempos mais tarde recebeu, com espanto, um Relatório, não assinado, que referia o contrário do que lhe havia sido dito pelos intervenientes na auditoria. Perante esta situação foi pedida uma cópia do resultado da auditoria. Recebeu este documento que era assinado pelos seus autores e que concluía que o ZOO da Maia reunia todos os requisitos de funcionamento. Porém a cabala inicialmente referida para o encerramento do parque tinha mudado de tática. Uma vez não conseguido o encerramento, tinham optado por uma retirada progressiva dos animais. O Zoo da Maia tinha vários animais que foram apreendidos pelo Instituto de Conservação da Natureza, ICN, em diversas situações que lhe foram entregues como seu fiel depositário. No início do ano foram retirados cerca de 20 papagaios e araras e outros tantos répteis, animais que estavam à guarda do Zoo por decisão do Ministério Público. A sua recolha tinha sido realizada de uma forma quase violenta e tinham sido colocados na Quinta de Santo Inácio, em Vila Nova de Gaia. Agora o ICN queria retirar primatas e felinos (tigres, saguis, leopardo, panteras, etc.). Informou que tinha na sua posse dois Relatórios que se contrariavam. A finalizar apelou à solidariedade de todos para que a Maia pudesse continuar com o seu Parque Zoológico, agradeceu o apoio recebido do Senhor Presidente da Câmara e convidou todos os Senhores Deputados para o visitar. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA agradeceu os esclarecimentos do Senhor Deputado Carlos Teixeira, deu-lhe os parabéns pelo trabalho realizado e incentivou-o a ter forças para continuar a luta que com determinação vinha enfrentando. -----

2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.^º 40.^º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Municipais. -----

MARIA CECÍLIA DA ROCHA LIMA, residente na Rua Augusto Simões, 241, 1.^º,



Esquerdo, na freguesia da Maia, na qualidade de representante do Movimento de Utentes de Transportes da Maia, e sobre a reestruturação das linhas da STCP, leu o documento que, juntamente com a sua ficha de inscrição para intervenção, fazem parte integrante da acta como documento 6.

FRANCISCO JOSÉ MAGALHÃES COUTO SILVA, residente na Rua da Amieira, n.º 74, freguesia de Gueifães, sobre os prejuizos provocados pela Reestruturação da Rede da STCP leu o texto que, juntamente com a sua ficha de inscrição, fazem parte integrante da acta como documento 7.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3. 1.RENÚNCIA DO SENHOR DEPUTADO GASPAR MANUEL MARTINS PEREIRA, SUA SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ARTIGO 8.º E 11.º DO REGIMENTO

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que o Senhor Deputado Gaspar Manuel Martins Pereira tinha renunciado ao mandato. Foi substituído ao abrigo do artigo 8.º e 11.º do Regimento pelo elemento a seguir na Lista de Candidatura do Bloco de Esquerda à Assembleia Municipal, Silvestre Santos Gomes Pereira, que depois de identificado foi empossado tendo tomado o seu lugar na bancada.

3. 2.APRECIACÃO E VOTACÃO DA ACTA N.º 3/2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que na acta n.º 3/2007, na linha n.º 6 da página 7, a propósito da intervenção do Senhor Deputado António Fernando, onde se lia "Registou com apreço, que o Bloco de Esquerda estava de acordo com a sua postura", este texto seria alterado para: "Registou, com apreço, que a maioria estava de acordo com a postura do Bloco de Esquerda".

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES pediu e foi aceite uma correcção à mesma acta. Na votação do último ponto da Ordem de Trabalhos onde se lia: "do Senhor Deputado

Independente Floriano de Pinho Gonçalves", deveria ler-se: "do representante do Senhor Deputado Independente Floriano de Pinho Gonçalves". -----

----- Posta a acta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

3.3. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL [(ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO]; -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que a todos os Senhores Deputados tinha sido enviada a "Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal", que faz parte integrante da acta como **documento 8**. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

3.4. PRESTACÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2006 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA; -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 9**. -----

ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 10**. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES leu o documento que faz parte integrante da acta como **documento 11**. -----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES leu o documento que faz parte integrante da acta como **documento 12**. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que a Maioria "Primeiro as Pessoas" iria votar a favor a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2006 da Câmara Municipal da Maia e que assumia todas as responsabilidades dela decorrentes. Esperava que do Partido Socialista, a força predominante da Oposição, que acompanhava com



particular atenção a difícil situação financeira do Município da Maia, da mesma forma que o fazia em relação à igual situação do país. Por esta razão o Orçamento do Estado deveria ter a participação de todos os autarcas num pacto político entre todos do país para o tornar efectivamente um orçamento participativo. A discussão da Conta de Gerência não tinha variado nos últimos anos, excepto na não apresentação da Informação Preambular, facto que não tinha merecido qualquer comentário, pelo que o Executivo deveria no futuro passar a dizer o que pensava sobre os documentos apresentados. Apresentou de seguida uma alegoria. Contou o caso de uma família que, de forma sensata, investia as suas economias na educação e formação dos filhos, na compra, valorização e aquisição do seu património imobiliário. Esta família tinha conseguido um valioso património pessoal graças à sua capacidade empreendedora e investidora. Para a oposição esta alegoria era um exemplo de uma família insensata. Acusou a oposição de não conhecer os activos do município, o que considerou aceitável dada a sua enorme quantidade. Sugeriu uma visita temática para dar a conhecer o património municipal mais significativo. Este património tinha sido conseguido graças à capacidade empreendedora da actual maioria que, quando assumiu as responsabilidades na gestão do município, tinha herdado um valor patrimonial nulo e quem herdava zero de património tinha a vantagem de não herdar menos. Este resultado tinha sido possível graças à designada alternância democrática. Considerou um acto de demagogia a afirmação da oposição ao considerar a Conta de Gerência um documento pouco sério. Afirmou que, com surpresa, tinha assistido pela primeira vez, a um acto inédito numa Sessão da Assembleia Municipal. Tinha assistido: "a um treino do Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. O Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista estava a treinar para Vereador. Fica-lhe bem o treino, mas eu nada tenho a ver com isso, nem esta Assembleia. O Partido Socialista tem um comportamento estranho. Vou-me dirigir exclusivamente ao Partido Socialista, pedindo desculpas às outras forças, porque como

compreendem o Partido Socialista faz parte do Poder Executivo desta autarquia e Vossas Excelências, por vontade democrática do povo maisto, não faz". Perguntou se nos anos anteriores os Senhores Vereadores do PS, em sede própria, apresentavam algumas propostas para o orçamento. Apenas tinha conhecimento de uma, todos os anos sugeriam o aumento das dotações orçamentais para as Juntas de Freguesia. Esclareceu o Senhor Deputado Luis Rothes que, o que estava a ser discutido era a "Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2006 da Câmara Municipal da Maia" e não o Plano de Actividades e o Orçamento, que era o seu contrário. Informou-o que, na sua qualidade de vermoense, nada e criado, o Executivo maioritário da sua Junta de Freguesia, através do seu sítio na Internet há muito que vinha apregoando o que o Senhor Deputado Luis Rothes havia referido. Nele havia um local onde os vermoenses e os não vermoenses poderiam enviar sugestões ao Executivo da Junta de Freguesia. Acusou o Senhor Deputado Luis Rothes de não saber como a Câmara Municipal construía os seus orçamentos. Também não tinham essa obrigação uma vez que jamais tinha sido Vereador desta ou de uma outra qualquer Câmara Municipal. Esclareceu que a Câmara Municipal antes de elaborar o seu Plano de Actividades e Orçamento colhia opiniões e auscultava diversas entidades, Juntas de Freguesia, Instituições e Associações. Os auscultados de quatro em quatro anos respondiam às suas auscultações. A Proposta de Recomendação, referida pelo Senhor Deputado Luis Rothes era inoportuna, por não se enquadrar na Ordem de Trabalhos, e por não ser urgente poderia ser apresentada numa Sessão posterior e estaria disponível nessa altura para a discutir. Acusou o Partido Socialista de não ter capacidade para liderar a Câmara Municipal da Maia e de não ter soluções para resolver as dificuldades que se lhe deparassem, e disso não tinham necessidade de se preocupar, pois a Maioria tinha o saber e a capacidade de saber gerir um município que estava no patamar superior de todos os índices de qualidade de vida.

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES usou o direito de resposta para informar o



Senhor Deputado Marques Gonçalves que, a fonte dos dados por ele referido, relativamente ao ano de 2006, era o Instituto Nacional de Estatístico. A seriedade com que abordava estes assuntos implicava uma colheita de elementos de uma fonte idónea e séria, e que, através da Internet poderiam ser facilmente consultados e confirmados. Reiterou a sua postura construtiva no debate, por isso esclareceu o Senhor Deputado António Fernando que a Proposta de Recomendação não poderia ser adiada para poder atempadamente ser contemplada no Plano de Actividades e Orçamento do próximo ano, devendo este ser suportado na Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2006, em análise, e o Orçamento Participativo o incluir. Esclareceu que esta metodologia era aplicada por cerca de uma centena de municípios europeus, que iniciavam pelo mês de Abril os seus Orçamentos Participativos. Esta era o fundamento da oportunidade de apresentação do documento. A Assembleia Municipal deveria ser um parceiro na elaboração do Orçamento Participativo, pois era o "palco por exceléncia" onde todas as forças políticas poderiam dar a sua colaboração empenhada.

— Posta à votação a proposta de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2006 da Câmara Municipal da Maia **foi aprovada por maioria** com 16 votos contra do Senhores Deputados do PS, do BE e a CDU e com 24 votos a favor dos Senhores Deputados da Coligação "Primeiro as Pessoas" e o Senhor Deputado Independente Floriano Gonçalves. —

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão da Proposta de Recomendação apresentada pelo PS.

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA, atendendo ao adiantado da hora e à necessidade de nesta reunião serem votados pontos importantes da ordem de trabalhos, propôs ao Senhor Deputado Luis Rothes que retirasse a Proposta de Recomendação, devendo a mesma ser presente numa reunião do Grupo de Trabalho das Actividades da Assembleia Municipal, a fim de poder vir a ser incluída na Ordem de

Trabalhos da próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, no Período de Antes da Ordem do Dia ou mesmo no Período da Ordem do Dia. -----

----- O Partido Socialista não retirou a Proposta de Recomendação. -----

----- Posto à votação a sua admissão, a Proposta de Recomendação foi rejeitada com 23 votos contra e 17 a favor. -----

----- Pediram a palavra para fazer uma declaração de voto os Senhores Deputados: -----

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA disse que apesar de a considerar válida, tinha votado contra a sua admissão pois considerou que fora elaborada de forma apressada, com pouca substância e profundidade. Aguardava que a mesma fosse aperfeiçoada e voltasse à Assembleia para melhorar a democracia participativa, no que dizia respeito aos documentos previsionais de qualquer instituição pública ou privada, autárquica, ou mesmo governamental.

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES disse que tinha votado a favor pois considerava a Proposta de Recomendação um documento muito importante. Considerou que no inicio da implementação, num processo de carácter participativo, deveria apontar para um quadro geral e não aprofundá-lo. Este deveria ser a metodologia a adoptar na fase de construção do projecto. Reiterou a disponibilidade da sua bancada para estar disponível para todos os contributos. O mesmo esperava das outras bancadas. -----

3.5. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, foi aprovado por unanimidade -----

3.6. DOCUMENTOS FINAIS OBRIGATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ELECTRICIDADE, ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA, RELATIVOS AO ANO DE 2006;

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----



----- Posto o ponto à votação, foi **aprovado por maioria** com um voto contra, do Senhor Deputado Arídio dos Anjos Teixeira, e duas abstenções, dos Senhores Deputados do Bloco de Esquerda -----

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA fez uma Declaração de Voto com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 13**. -----

3. 7. INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA REALIZADA AO EXERCÍCIO DE 2004, EM SEDE DE IVA. APRESENTAÇÃO DE GARANTIA REAL, NO ÂMBITO DO PROCESSO DE RECLAMAÇÃO GRACIOSO, NOS TERMOS DO CPPT; -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

HÉLDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 14**. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que havia uma corrente económica que assentava as suas análises no seguinte pressuposto: "O que é, é". O ponto em análise era um assunto claro. A classe política, na qual se incluia a Assembleia Municipal, tinham sido solicitados a pronunciar-se sobre um processo de antecipação de rendas. A documentação, sobre este assunto, que a Câmara Municipal tinha enviado à Assembleia Municipal assentava num estudo e numa informação técnica elaborada por uma empresa credível e idónea. Nessa informação não era referida a obrigatoriedade de pagamento do IVA. O Fisco pensava o contrário, a leitura de alguns Pareceres, davam razão à Câmara Municipal, e esperava o mesmo das instâncias judiciais competentes. Enquanto isso não fosse decidido o Fisco exigia uma garantia real do valor da dívida em causa. A Câmara poderia apresentar uma Garantia Bancária, que por comportar juros seria uma operação onerosa e a hipoteca de um bem imóvel, no presente caso o Fórum, era a melhor solução. Manifestou a sua preocupação com a atitude afirmativa do Partido Socialista de inclusão de custo do IVA. Esperava que o PS não falasse por outra voz, a voz da Administração Fiscal. Pediu aos Senhores Deputados

Socialistas para, junto dos seus congêneres governantes, tomarem em atenção este problema, pois esta era a melhor forma de defenderem os interesses do seu município. Manifestou a sua convicção de que à Câmara Municipal iria assistir a razão no Tribunal Administrativo Fiscal e, enquanto a decisão não fosse tomada, a Câmara tinha por obrigação defender-se, com o menor custo financeiro para o município.

O PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que a sociedade de advogados que a Câmara havia consultado tinha assegurado que não havia lugar ao pagamento de IVA, numa certeza de 99%. O Executivo tinha decidido hipotecar o Fórum da Maia por não ter custos, ao contrário duma Garantia Bancária, que seria onerosa por suportar juros.

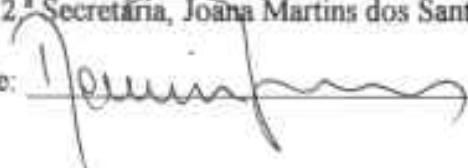
— Posto o ponto à votação, foi aprovado por maioria sem votos contra, com 16 abstenções dos Senhores Deputados do PS, do BE e da CDU e 24 votos a favor, 23 da Coligação Primeiro as Pessoas e o do Senhor Deputado Independente Floriano Gonçalves.

— Devido ao adiantado da hora e porque haviam ainda mais seis pontos no Período da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa propôs, e foi aceite por todos, a interrupção dos trabalhos, devendo a presente Sessão ser continuada numa segunda reunião a realizar no próximo dia 2 de Maio, ficando desta forma convocados para a mesma todos os Senhores Deputados presentes convocados.

— Foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva.

— E sendo zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezanove de Abril do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Domingos de Jesus e Sousa, pela 1.^a Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pela 2.^a Secretária, Joana Martins dos Santos Ascenção.

O Presidente:



A 1.^a Secretária: Mari Lúcia Hen

A 2.^a Secretária: Maria Aparecida

Fax

De / From : Andreia Andrade
 E-mail : andreia.andrade@amecspie.com
 Data / Date : 29-03-2007

A/C / At: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal
 Câmara Municipal da Maia
 Fax : 22949 06 20
 Nº Pag.: 1

Assembleia Municipal da Maia

Entrada n.º 62

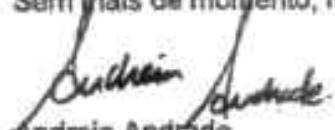
Em 29/03/07

Assunto / Subject : Suspensão de mandato

Exmo. Sr. Presidente

Andreia Sofia Pereira Andrade, deputada municipal do grupo parlamentar do Partido Socialista vem ao abrigo do artigo 9º do regimento desta Assembleia, solicitar a vossa Ex.º, a suspensão do meu mandato, por um período de 6 meses por imperativos de ordem pessoal e profissional.

Sem mais de momento, melhores cumprimentos.



Andreia Andrade

R/ P/

Inúmeras notícias as longas as mesmas
Imprensa Nacional Regional e Social

Destaque

- Dr. Luis Filipe Neves
- Major Valentim Formosinho
- Dr. Reis Rio, o que mais fala
nunca cumpriu o que mais
mudou

Prolongamentos

- Srs. Góis e Lobo, V. M. G.
- Rio Tinto e Sondman
- Bravista

- Autoras, da J. M. P. no Brasil V.
Est. este incêndio destruiu muitas
casas e outras propriedades, para além
de danos materiais, também faleceu
a Trofa, e muitos bens

- O que mais se fala é da linda
amarela, Arabela op. Norte do
Hospital São João e pintora Consuelo Vieira
P. Pedrosa, A. Santa, Melhem, Gru-
tis, que se feriu e morreu, e
houve grande luto verde no Est.
do Paraná, depois do Litorânea e
do Centro

Era sobre este ponto que gostaria
que o Dr. Pinto fizesse sua discussão,
sobre o que trocar a posição que temos
feita quanto todos o apoiam dentro
Asssembleia...

Maurício José Santos Carneiro

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal
 Exmo. Sr. Presidente e Srs. Secretários da Assembleia Municipal
 Exmos. Srs. Vereadores
 Exmos. Srs. Presidentes de Junta
 Exmas. Sras. e Srs. Deputados
 Srs. Membros da Comunicação Social
 Estimado público

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

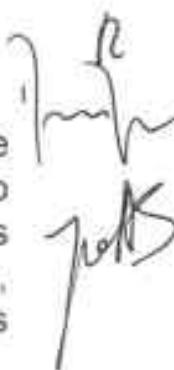
Já todos sabemos que o Concelho da Maia é um dos Concelhos que melhor qualidade de vida proporciona aos seus Municipios. É um facto objectivo.

Este facto resulta também da Qualidade Ambiental do Concelho e obviamente dos investimentos que a Câmara Municipal, a Maiambiente, EM e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento têm efectuado.

Desta estratégia surge o reconhecimento de entidades independentes, como foi o caso da atribuição da BANDEIRA VERDE ao Concelho da Maia – Galardão Município ECOXXI 2006 pela ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA – SEÇÃO PORTUGUESA DA FUNDAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

A Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) tem vindo a desenvolver, em Portugal, Campanhas, Projectos e Programas vocacionados para a mudança de comportamentos, através da sensibilização e educação ambiental, dirigidos a diversos público-alvo.

Um dos programas desenvolvidos pela ABAE é o programa "Eco-Escolas", que se destina ao universo escolar, com o objectivo de encorajar e premiar o trabalho desenvolvido no âmbito da educação ambiental, e através do qual o Sector da Educação Ambiental do Departamento do Ambiente e da Qualidade de Vida da Câmara Municipal tem envolvido as Escolas da Maia, no sentido de desenvolverem projectos sobre temáticas ambientais propostas para obtenção do galardão "Eco-Escola", tendo sido galardoados, desde há nove anos, vários Estabelecimentos de Ensino do Concelho.


Com a implementação do Projecto "ECOXXI", a ABAE pretende reconhecer as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao nível do Município, tendo sido endereçado aos Municípios portugueses um convite para participarem neste novo projecto, apresentando os projectos desenvolvidos e em curso conducentes à sustentabilidade do seu Município.

O Município da Maia aceitou o desafio, pois já há muito desenvolve práticas que se enquadram no âmbito da Protecção ambiental e do fomento da educação ambiental. Lembro o **Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta**, os vários parques existentes no Concelho (Avioso, Quires, Moutidos, etc.), a recolha selectiva de resíduos, a certificação de qualidade da Maiambiente EM, o Portal do ambiente e muitas outras acções que são do conhecimento público.

O Projecto "ECOXXI" pretende, desta forma valorizar um conjunto de aspectos considerados fundamentais à construção do Desenvolvimento Sustentável, alicerçados fundamentalmente em dois pilares – a educação no sentido da sustentabilidade e a qualidade ambiental.

Para a aferição da sustentabilidade de cada Município que apresentou a candidatura ao "ECOXXI" foi criado pela ABAE um conjunto de vinte e três indicadores, que são constituidos pela agregação de um conjunto de informações e de índices que visam a caracterização de diversos sectores municipais, nomeadamente:

- indicadores ao nível da Educação Ambiental,
 - indicadores ao nível das Instituições ("Informação disponível aos municípios", "Emprego na Área de Ambiente", "Cooperação com a Sociedade Civil"),
 - indicadores ao nível da Conservação da Natureza ("Áreas classificadas", "Controlo das Espécies Não Indígenas Invasoras ou com Risco Ecológico Conhecido", "Gestão e Conservação da Floresta"),
 - indicadores ao nível da Água ("Qualidade da Água para Consumo Humano", "População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água", "População Servida por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais").
- e ainda,
- indicadores ao nível dos Resíduos, Energia, Transportes, Ruido, Ar, Ordenamento do Território, Agricultura e Turismo.

A apresentação da candidatura ao projecto obrigou ao cumprimento dos índices considerados obrigatórios, nomeadamente a "Promoção da Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável por iniciativa do Município", a "Implementação do Programa Eco-Escolas e Jovens Repórteres para o Ambiente", a "Qualidade da Água para Consumo Humano" e a "Valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos" e a obtenção do estatuto de Município "ECOXXI", previa o preenchimento de, pelo menos 50% dos indicadores propostos, de modo a constatar-se a existência de um índice positivo.

O resultado foi o que se conhece: A Maia está no pelotão da frente dos Municípios portugueses sendo um dos vinte com a Bandeira Verde, só superado pelo Município de Manteigas a que não é alheio de grande parte do mesmo de situar na Reserva natural da Serra da Estrela. E foram instituições independentes como, a Agencia para a Energia, as várias Comissões de Coordenação Regional, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, o Instituto da Água, o Instituto Português da Qualidade, O Instituto Superior Técnico, o Instituto Nacional de Estatística, etc, etc, etc., perfazendo um total de 29 instituições.

No passado dia 16 de Março, teve lugar, no Auditório da Biblioteca Almeida Garrett, no Porto, a cerimónia de entrega das primeiras bandeiras verdes ECOXXI, atribuídas, como já referi, a 20 dos 41 Municípios que durante o ano de 2006 se candidataram a este galardão.

A Associação Bandeira Azul da Europa reconheceu a participação do Município da Maia, no ECOXXI 2006, cuja candidatura alcançou os objectivos definidos para 2006, cujo objectivo principal consistia, deste modo em distinguir os Municípios que se evidenciaram pelo exercício das boas práticas relativamente a políticas de sustentabilidade.

Assim sendo, o diploma de participação, a medalha e a bandeira verde – que já se encontra hasteada – foram entregues, durante a cerimónia, ao próprio Presidente da Câmara, Sr. Eng.^o Bragança Fernandes.

Em nome da bancada da coligação PSD/CDS-PP "Primeiro as Pessoas" felicito V. Excia. Sr. Presidente da Câmara Municipal e na



sua pessoa todos os que contribuem diariamente para que a Maia
continue a ser, o que de facto é, um Município referência.

De facto assim se colocam as Pessoas em Primeiro Lugar e se põe
de lado a demagogia daqueles que dizem mal apenas porque não
têm políticas alternativas e que melhor sirvam os interesses dos
Maiatos.

Muitos parabéns Sr. Presidente

Disse.

Maia, 18 de Abril de 2007

Rui Tomaz Francisco Faria

Due 4



Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Ex.mos Senhores presidentes da Junta
Ex.mos Senhores Deputados
Ex.ma comunicação Social e Público Presente

Tenho lido notícias preocupantes sobre o zoo da Maia.

Independentemente das virtualidades ou dos defeitos que cada um lhe possa conferir, o Jardim Zoológico da Maia é hoje uma referência do concelho e da Cidade, visitado anualmente por milhares de crianças da região Norte sendo de enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Senhor Presidente da Junta da Maia, senhor Carlos Teixeira.

Dessas notícias, lidas nos jornais, retirei a conclusão de que está a ser movido um ataque violento por outras instituições tendo em vista provocar o esvaziamento e o consequente encerramento deste espaço. Vou mais longe.

Será que há intenção em transferir o ZOO da Maia para Gaia?

Se assim for, estaremos perante um facto que nos responsabiliza todos.

Pergunto também, senhor Presidente, se pode dar a esta Assembleia, informações mais detalhadas e, qual vai ser a posição da Câmara Municipal. *PEÇA-LO EM CONTA QUE O ZOO DA MAIA TEM MAIS DE 25 ANOS DE EXISTÊNCIA.*

Muito Obrigado



Período Antes da Ordem do Dia

Exmo. Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários
Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Srs. Deputados
Estimado Públco e Comunicação Social

No último mês o Município da Maia foi sobejamente falado nos órgãos de comunicação social e não pelos melhores motivos.

Competindo à Assembleia Municipal o 'conhecimento e a possibilidade de tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de acções tutelares ou de auditorias executadas sobre a actividade dos órgãos e serviços municipais', esperamos ter o devido esclarecimento sobre o Processo Administrativo instaurado na sequência de uma inspecção do IGAT, que resultou numa acção no Tribunal Administrativo interposta pelo Ministério Público, visando o Vice-Presidente da Autarquia.

Também relativamente à questão suscitada pelo relatório do Tribunal de Contas sobre as empresas municipais, trazendo a público o problema das remunerações excessivas ou rendimentos extra não autorizados de muitos dos seus administradores, é citada a Espaço Municipal – E.M. e feitas várias recomendações que aliás dão razão às críticas e objecções da CDU sobre as empresas municipais.

Ou ainda as irregularidades que não foram arquivadas ou prescritas do Relatório do Tribunal de Contas relativamente à auditoria de 2002 ao PER desta autarquia e o sentimento geral de que não foi acautelado a gestão do erário público.

Comungando da preocupação manifestada pelo Sr. Presidente desta Assembleia, **D. Luís Gonçalves** numa entrevista a um jornal do Concelho sobre o terrível clima de suspeição à política e aos políticos, indutor da descredibilização do regime democrático consideramos, entretanto, que o rigor e a transparência no desempenho das funções públicas são por todas essas razões cada vez mais exigíveis. Estando em crer que sobre esta matéria nos parece adequado um típico provérbio popular: 'Á mulher de César não basta ser séria...'.



A última Assembleia Extraordinária não decorreu de forma pacífica e exemplar dum órgão democraticamente eleito. Em nossa opinião (que se fundamenta numa profunda leitura do regulamento), não há nos artigos que regulamentam a Assembleia Municipal nada que possa impedir que uma Assembleia Extraordinária aprecie e vote uma proposta de resolução, recomendação ou outra desde que esta esteja intrinsecamente relacionada com o tema que a motivou. Aproveitamos para lembrar e exemplificar com o que sucedeu numa Assembleia Extraordinária, onde foi permitido pela Mesa, depois de consultada a Assembleia, o uso da palavra pelo público presente e até foi concedido o direito de defesa da honra a um membro da Assembleia Municipal nesse mesmo período. Consideramos que houve uma leitura restritiva do 6º ponto do artigo 30º do Regulamento – que refere que nas sessões extraordinárias a Assembleia só pode deliberar sobre matérias para que tenha sido expressamente convocada, consideramos igualmente que episódios como o que todos nós assistimos e a reacção verificada não são saudáveis, nem dignificantes deste órgão deliberativo.

Finalmente gostaríamos de chamar a atenção para a situação que diariamente se vive na EN 14, particularmente no troço compreendido entre o hipermercado Jumbo e o ISMAI. A qualquer hora do dia e não apenas na horas de ponta, o trânsito nos dois sentidos é insuportável e movimenta-se a 'passo de caracol', entre rotundas, semáforo e passadeiras. Para esta situação concorrem sem dúvida as várias superfícies comerciais que vêm crescendo – Dechatlon, MiniPreço e agora também o Pingo Doce. Questionamos o que a Câmara tem previsto no sentido de facilitar o trânsito naquela arteria que será das mais saturadas do concelho actualmente,

B/R Saneada da edc

Dagmara
18/04/2007

DOC. 6

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exmº.

Presidente da Assembleia Municipal da
MAIA

*B. M. ~
7/05.*

Nome: - Maia Cecília da Rocha Zíaus

Morada: - Rua Augusto Sinesões, 241-1º Esq.

Código Postal: - 4470 - 147 Maia

Freguesia: - Maia,

vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exº, que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Movimento de utentes transportes
da Maia
intervenção

Maia, 10/04/2007

(Assinatura) C. Cecília

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

Exmo. Srº Presidente Ass. Municipal

Srs. Deputados da Assembleia Municipal,
Presidente da Câmara, Vereadores
Exmo. Público e Órgãos da Comunicação Social,

P
W
JFB.

Os protestos de muitos residentes da Maia, utentes da STCP, contra a reestruturação da rede de transportes, a eliminação de carreiras de autocarros e a nova bilhética não são assuntos que trazem alguma novidade nesta assembleia pois já foram expostos e debatidos por vários intervenientes em anteriores reuniões.

Hoje gostaria de vos presentear com boas notícias. Que a administração da STCP ouviu as nossas reivindicações, que as analisou e que foi sensível aos nossos argumentos comprometendo-se a atender a algumas das referidas reclamações. Infelizmente, como já vem sendo hábito, estas notícias não estão sequer próximas da realidade.

Depois de uma primeira reunião entre representantes do MUTM e da Administração da STCP, da qual vos demos conta na assembleia realizada no Castelo da Maia, e de termos articulado uma nova reunião para o dia cinco de Abril, no próprio dia, pelas onze da manhã, informaram-nos por telefone que, face à agenda dos Srs. Administradores, esta data teria que ser alterada. Passados alguns dias marcaram, também por telefone, uma nova reunião a realizar no próximo dia três de Maio.

No dia anterior ao telefonema, realizou-se uma reunião entre a Administração da STCP e o Movimento de Utentes da Área Metropolitana do Porto. Para nossa desilusão, e como já vem sendo hábito, desta reunião não surgiu nenhuma decisão que fosse de encontro a alguma das pretensões da População da AMP.

Face a estes dados, mantemos as mesmas razões para permanecer insatisfeitos e tecer as maiores críticas à actuação da STCP.

Passados quatro meses da entrada em funcionamento desta nova rede, o que esperavam? Que os utentes já estariam habituados aos novos transbordos? a chegarem atrasados ao seu emprego, a sua casa ou aos estabelecimentos de ensino e hospitais? a despender mais dinheiro nas suas deslocações? Naturalmente que não!

O descontentamento observa-se na grande adesão dos cidadãos aos movimentos que entretanto surgiram e pela sua intervenção activa nas acções por eles organizadas.

Este descontentamento ficou espelhado pelo êxito do nosso movimento na assembleia de Utentes de Transportes da Maia realizada no dia doze de Abril numa sala do Fórum da Maia que nos foi cedida pela Câmara Municipal para o efeito. Em dia de Futebol, compareceram trinta e oito pessoas, de diferentes locais e idades dentro e fora do Concelho da Maia.

As decisões aprovadas por esta assembleia foram traduzidas numa moção a qual demos conhecimento ao Presidente da Câmara Municipal, Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho da Maia e de Leça do Balio e à Comunicação Social. Esta moção recorda que instituições essenciais como os Hospitais de S. António, da Prelada, Pedro Hispano, Centros de Saúde, escolas, Igrejas e cemitérios em diversos locais do ~~distrito~~ Maia ficaram mais afastadas ou, em alguns casos, tornaram-se completamente inacessíveis à população mais idosa e também à população estudante da Maia cujo meio de transporte principal é o Autocarro.

Talvez em tempos idos tal jamais sucedesse aos habitantes desta cidade.

Fizemos circular pelas nossas freguesias um abaixo-assinado que pretendemos entregar à STCP. Como esperava-mos, a vontade de participar nesta iniciativa cifrou-se na recolha de mais de três mil assinaturas de Maiatos com vontade de, também eles, fazerem demonstrar o seu descontentamento.

Por todas estas razões, o Movimento de Utentes da Maia continuará a protestar e a reivindicar por melhores condições de serviço. Para tal, foi marcado pelo Movimento de Utentes da Área Metropolitana do Porto, uma manifestação, a realizar no próximo Sábado, pelas quinze horas e trinta minutos, na Av. dos Aliados na qual o MUTM estará presente, apelando à participação de todos quantos se continuem a sentir lesados pela alteração do serviço da STCP.

Muito Obrigado,

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Doc 7

Exmº.

Presidente da Assembleia Municipal da
MAIA

H

J

peff

Nome: - Francisco José Macaluso Coimbra Siwa

Morada: - Rua da Amieira N.º 74

Código Postal: - 41200 - 012 Matosinhos

Freguesia: - Gafanha

vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exª. que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Sobre os S.T.C.P.

Maia, 18/10/2007

(Assinatura) Francisco José Macaluso Coimbra Siwa

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

Francisco José M. C. Silva
Rua da Amieira N° 74 1º
Gueifães

Sr. Presidente da Câmara
J. B.

Saudações: Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Srs. Presidentes de Junta Srs. Deputados Estimado Público.

Começava esta minha intervenção por dizer que morei na cidade do Porto 36 anos e vim morar para a Maia sensivelmente há quatro anos. Optei por vir para aqui fundamentalmente pelas condições mais favoráveis que este Concelho me proporcionava em relação aos outros nomeadamente na área dos transportes.

Claro que esta opção me ficou mais cara umas dezenas de milhares de euros, repito umas dezenas de milhares de euros.

Agora posso afirmar que foi uma aposta na mobilidade que me saiu cara e perdida.

No inicio de Janeiro como todos sabemos, utentes dos S.T.C.P da Maia como forma de protesto impediram a passagem dos autocarros na rotunda do lavrador levando com a polícia de choque em cima como se marginais se tratasse. Bom disseram-nos assim vocês não vão lá porque as Entidades Representativas do Concelho não vos apoiam a Administração dos S.T.C.P. não cede a manifestações de rua etc..

Seguindo o conselho, enviamos cartas, entregamos um caderno reivindicativo, solicitamos reuniões, tivemos reuniões com todas as Entidades Competentes, a Assembleia Municipal criou uma Comissão de Acompanhamento etc.,

ESTOU

Resultado até agora foi nulo. ~~Eramos~~ convencidos que ainda não foi resolvido porque as Entidades ditas Competentes ainda não se puseram ao lado do povo de forma contundente para resolver este problema. O que cria em ~~nós~~ a desilusão e a amargura do que são as promessas eleitorais e a utilidade do ~~nosso~~ voto. ~~ENTENDO V. A HOBILIA DO EXISTENTE~~
Assim fazia um apelo a esta Assembleia, representante~~s~~ do povo que tome~~m~~ medidas de forma que ~~todos~~ ~~nosso~~ ~~se~~ sintam realmente ~~representados~~. *UH MAIA*.

Por ultimo, queria fazer uma saudação especial à Freguesia de Gueifães pois este fim de semana celebrasse a festa em honra da Nossa Senhora da Saúde.



3.º
Agosto de 2007
M
B
P
J

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada n.º 69
Em 04/04/07

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Ofício nº 6.273

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

Esta Informação sobre a Actividade do Município é redigida na circunstância e a propósito da realização da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do ano de 2007.

A esta sessão da Assembleia Municipal, e por entre outros importantes assuntos para a vida do Município, serão presentes os documentos de prestação de contas e os relatórios de gestão da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados relativos à actividade levada a efeito durante o ano de 2006, os



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
Gabinete da Presidência

[Handwritten signatures]

quais se apresentam à consideração, ponderação, análise e votação por parte da Assembleia, bem como de similares documentos respeitantes à acção das Empresas Municipais nesse mesmo período, sendo que, neste caso, para efeito de conhecimento dos Membros da Assembleia.

Quanto à actividade municipal neste pequeno espaço de tempo que medeia entre a presente ocasião e a última em que me dirigi por escrito à Assembleia, passo a aludir, e de uma forma sintética, a alguns temas que tiveram expressão e notoriedade nas áreas ou sectores em que se inserem.

- Culminando um conjunto de aprofundadas negociações entre a "Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M." e a empresa do "Metro do Porto, S.A." foi possível acordar a disponibilização de um significativo conjunto de lugares de aparcamento no Parque Central de Estacionamento da Maia com vista à sua utilização pelos clientes da rede do Metro do Porto.

Segundo a designação "Park & Ride" – um conceito em que se integra um título de transporte com um de estacionamento de viatura privada – estarão acessíveis entre 30 a 92 lugares de aparcamento a serem



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
Gabinete da Presidência

usados consoante as efectivas necessidades mensais originadas pelos utentes da rede do Metro.

No sistema de Metro Ligeiro do Porto este será o segundo parque a entrar em funcionamento neste regime, permitindo um cómodo acesso à rede e, por essa via, vindo promover o uso do transporte colectivo.

Como remuneração dos lugares de estacionamento colocados à disposição da Metro do Porto, a Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia receberá um montante fixo a que acresce um outro variável consoante a ocupação e a utilização efectiva.

- Como já referi em ocasião anterior, a Câmara Municipal tem sempre em curso um conjunto significativo de estudos, de planos ou de projectos estratégicos com vista a um correcto equacionamento de cada parcela do nosso território. Pretendemos enquadrar e acautelar as futuras utilizações do solo e, por essa via, defender e proporcionar a valorização do espaço territorial em causa, balizando-o e conformando-o por um lado e, por outro, dando-lhe perspectivas e horizontes.

Neste âmbito foi recentemente aprovado em Câmara o designado Estudo de Pormenor de Matos - Refonteira, na Freguesia de Moreira.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Através deste trabalho foi estudada uma vasta área (cerca de 188 ha) onde se incluem espaços emblemáticos do Concelho como sejam a Feira de Pedras Rubras ou o Mosteiro de S. Salvador de Moreira, caracterizando-a e identificando os seus bem vincados valores patrimoniais, quer sejam os construídos quer sejam os da estrutura paisagística que lhe está intrínseca, relevando devidamente os eixos viários e outras infraestruturas incontornáveis tais como as linhas de Metro ou o aeroporto de Pedras Rubras. Tudo isto para determinar e justificar as opções estratégicas de longo prazo que foram propostas, onde se incluem os bens patrimoniais a salvaguardar, as manchas de ocupação do solo e a estrutura viária que enformará esses espaços, promovendo-se o conceito de *comunidade* e a estruturação do território.

- Com a disponibilização do Portal do Desporto e do Portal da Cultura, bem como da entrada em serviço das últimas funcionalidades do Portal Torre Lidor, deu-se como concluído o Programa Maia Digital. É o primeiro programa a estar concluído por entre os 25 projectos, a nível nacional, da Rede Cidades e Regiões Digitais, sendo o que apresenta o maior índice de financiamento por Município.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GARANTE DA PRESIDÊNCIA

R.
Dott. J.A.B. H.

Com uma taxa de execução que atingiu os 97,6 % e um investimento total de 8,35 milhões de Euros, o programa, que teve o seu início no ano de 2003, promoveu e facilitou o acesso às tecnologias da informação e da comunicação.

Como grandes áreas de intervenção ou grandes realizações apontaria:

- A construção da rede municipal de banda larga com acessos a todas as Juntas de Freguesia, a escolas e a instalações municipais, rede que através de acordos com a "Metro do Porto" e com a "Águas do Douro e Paiva" verá a sua capacidade aumentar significativamente;
- A criação e desenvolvimento de portais, nomeadamente os da educação, do ambiente, de um portal empresarial, para além dos já antes referidos do desporto, da cultura e do "Torre Lidor";
- Os sistemas integrados de gestão escolar instalados nos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclos e do ensino Secundário;
- As duas dezenas de "Laboratórios de Informática" instalados em escolas do EB1 equipados com cerca de duzentos computadores;



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Bento Pinto' or similar, is positioned in the top right corner of the page.

- Ou, para finalizar, os cerca de 400 computadores instalados em Juntas de Freguesia bem como as oito centenas de computadores "produzidos" por recuperação de equipamentos desactivados e que, posteriormente, foram oferecidos a instituições e associações várias.

Agora há que passar a uma nova fase que é o da consolidação, exploração, manutenção e eventuais desenvolvimentos das infraestruturas.

Para tal idealizou-se um modelo de sustentabilidade que vai ter como suporte uma parceria entre a Câmara e a "Maiêutica" – um dos parceiros no Programa Maia Digital – visando uma congregação de meios e capacidades que possam fornecer serviços nos domínios em questão, parceria que será regulada por um Protocolo de Colaboração já aprovado em sede de Câmara Municipal.

- O esforço e a atenção que o Município vem depositando e desenvolvendo há já muitos anos na área do Ambiente faz, como é bem conhecido, com que o nosso território apresente níveis de qualidade ambiental bem marcados e significativos que o distinguem por entre o todo nacional.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
Gabinete da Presidência

[Handwritten signature]

A qualidade ambiental que patenteia o nosso território foi mais uma vez objecto de distinção, agora através da atribuição da Bandeira Verde pelo Projecto ECOXXI – edição 2006/2007 da Fundação para a Educação Ambiental.

Mediante a apresentação de uma candidatura, foram avaliados 21 indicadores tais como os relativos à Educação Ambiental, ou à Educação para o Desenvolvimento Sustentado, e os respeitantes ao abastecimento de água, recolha e valorização de resíduos sólidos urbanos, qualidade do ar e qualidade do ambiente sonoro, ou a implementação da Agenda 21 por entre outros.

A distinção recebida, e para além da satisfação que a todos nos aporta, vem aumentar as nossas responsabilidades e o nosso nível de empenhamento nesta causa que há muito abraçamos como sendo decisiva para o futuro do nosso Concelho.

- No final do mês de Março o Tecmaia recebeu a visita da Comissária Europeia para a Política Regional bem como do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que assistiram à assinatura do Memorando de Entendimento entre o CEIIA – Centro de Excelência para a Inovação da Indústria



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

R
DPT
JAS

Automóvel e o CTAG – Centro Tecnológico de Automoción de Galicia
com vista ao desenvolvimento de um designado "veiculo verde".

Com esta visita ficou bem patente o excelente patamar e o extraordinário ambiente tecnológico que está presente no Tecmaia e, bem assim, do inestimável contributo que o nosso Parque Tecnológico veio dar e continua a dar para a investigação, o desenvolvimento e a implementação de técnicas e tecnologias de ponta ao nível do que do melhor se faz pelo mundo.

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

- | | |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos – | 1.597.205,11 |
| b) Dotações orçamentais – | 292.686,44 |
| c) Dotações não orçamentais – | 3.061.136,62 |



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Gabinete da Presidência

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 3 DE ABRIL DE 2007,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

DOC. 9

JR
JMB.



Bloco de Esquerda

Maia

Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Sr. Presidente da Câmara
Srs. Deputados
Digníssimo Público presente
Senhores Jornalistas

O presente documento, "Prestação de Contas e Relatório de Gestão", que hoje aqui vamos discutir e votar, revela alguns aspectos que consideramos de importância premente para a vida dos nossos munícipes.

Iniciava a nossa intervenção com uma referência, do Artº 48 da Constituição da República citado no início do presente documento, que reafirma "os Direitos Liberdades e Garantias de Participação Política".

Ora tais direitos, só são possíveis de modo pleno, se todas as condições forem dadas para o exercício dessa plenitude! Como representantes eleitos pelos cidadãos maiatos, exigimos que todas as condições nos sejam dadas para que esse exercício seja facultado em igualdade de circunstâncias, para que nos possamos pronunciar sobre matérias de tão grande importância!

R
J
JBB.

Tal reparo, tem a ver com a entrega de tão vasta documentação, apenas com seis dias de antecedência! É óbvio que dir-me-ão, que o Regimento está a ser cumprido! Mas tem de haver bom senso!

Trata-se de uma matéria extensa e de grande importância, que quem a pretende estudar e debater de modo sério, terá sempre grandes dificuldades em o conseguir!

Não pretendemos colocar em causa de modo algum a democracia neste órgão municipal, apenas gostaríamos de poder contribuir com as nossas críticas e sugestões de um modo mais estribado e consequente, como sempre o pretendemos fazer! Assim solicitamos ao Sr. Presidente desta Assembleia que tudo faça para nos possibilitar, a todos..., uma melhor análise e participação nos debates.

Temos a certeza de que como habitualmente o Sr. Presidente tudo fará para que tal aconteça!

Do mesmo modo, não queremos colocar em causa de modo algum o presente documento!

Na opinião do BE, o mesmo até nos parece apresentado de forma inovadora e tecnicamente bem elaborado, comparativamente com outros no pretérito aqui apresentados!

Mesmo assim, fomos obrigados a percorrer o documento de modo não tanto aprofundado como a nós mesmo exigimos que tal aconteça!

Por tal motivo, vamos continuar a analisar o presente documento, mesmo para além desta Assembleia...

Debruçando-nos sobre o que está em debate, não podemos deixar de referir os aspectos mais importantes e que revelam alguns pontos de correcção na orientação política que esperamos consequente pelo executivo camarário...

8
Jaffé

Os anteriores executivos, trilharam uma política de gestão financeira de forte endividamento e comprometimento do futuro. A Situação financeira da Câmara Municipal da Maia, como em anteriores momentos já referimos, continua efectivamente numa situação muito difícil. Aliás, confirmada por acontecimentos muito recentemente vindos a público...

Assim, queremos acreditar que um documento como este, conforme decorre da sua designação. Terá de servir de um momento de avaliação não só das contas mas também da gestão do executivo!

Isto é, este momento de análise pode e deve ser em nosso entender, um instrumento de grande importância para reflectirmos estratégias de correcção ou de continuidade...

É neste contexto, que consideramos que alguma mudança, forçada ou não, aconteceu no capítulo da gestão, tendo em conta o que aqui nos é apresentado!

Com efeito, e analisando alguns números é o período em que o orçamento em alguns itens se aproxima mais do orçamentado!

Refiro por exemplo: as receitas correntes com um grau de execução de quase 100%!

Mas, Planeamento não pode ser prever um orçamento de 118.744,240 M€ e apenas conseguir uma receita de 62.487,254 M€! isto é, 52,6% do previsto!

Um resultado destes numa empresa privada ditaria a demissão imediata dos seus gestores!

Não podemos continuar a prever uma receita de capital que sabemos não poder realizar! É enganarmo-nos a nós próprios! E o mais grave é que este procedimento é recorrente! Pois já em 2005 aconteceu o mesmo, só que o desvio ainda foi superior, (46%) do previsto! O que quer dizer ironicamente, que houve uma melhoria na previsão de 6% relativamente à previsão de 2005!



Tal situação, não pode continuar a acontecer sob pena de não haver planeamento que resista a tanta fantasia!

Imagine uma família a planear o seu orçamento com os mesmos princípios! Só tinham de comer até metade do ano...

Neste contexto, só este desnível entre o previsto e o efectivamente realizado, seria suficiente para que este relatório merecesse a nossa reprovação!

Mas as divergências de estratégia são muito mais profundas e como tal, o nosso voto não poderá ser favorável!

Manifestamos apesar de tudo o nosso contentamento pelo facto da dívida ter sido reduzida para o ainda monstruoso número de 112.330,893 M€, isto é, uma redução de cerca de 12.000,000 M€ relativamente 2005.

Mas de todo o modo o horizonte para 2007 continua cinzento, pois as receitas pelo seu histórico demonstram que pouco ou muito pouco poderão ser aumentadas, a não ser que o executivo venda património! O que como temos verificado não se apresenta tarefa fácil, como é referido pelos técnicos que elaboraram o documento, "a conjuntura não é favorável".

Assim sendo, e porque a projecção do orçamento de 2007 foi construído na mesma perspectiva, estaremos aqui para constatar o mesmo erro grosseiro entre o planeado e o executado! Não somos bruxos, mas preferíamos estar enganados para bem dos nossos municípios...

A nossa preocupação é com futuro... é que não sendo possíveis mais receitas extraordinárias por via de antecipações, ou então existirão sem as pronunciarem, estando as receitas por via de impostos directos e indirectos já muito próximos da sua capacidade máximos de execução para os próximos tempos... Só resta a venda de património!...



Se tivermos em conta que o investimento se ficou apenas por 25.000,00 M€, não havendo aumento de dotação por parte do orçamento de estado, continuando a impossibilidade ou reduzida capacidade de contrair empréstimos por parte da autarquia, só com a venda de mesmo muito património a situação será invertida!

Voltando ainda às contas, não podemos deixar de notar que apesar das dificuldades financeiras conhecidas, o substancial aumento no apoio à alimentação escolar com o qual nos congratulamos, pois dele beneficiam muitas crianças de famílias carenciadas.

Por outro e nada tendo contra o apoio que a autarquia dá para a cultura e o desporto e para este defendemos que seja particularmente para a formação e ajuda no acesso alargado a um número cada vez maior de cidadãos maiatos.

O facto é que não percebemos que as dotações para as juntas de freguesia na sua totalidade sejam inferiores à verba atribuída ao desporto! Defendemos a descentralização e as Juntas de Freguesia são efectivamente o órgão mais próxima dos cidadãos, por tal motivo deveriam ter meios condizentes para exercerem com mais autonomia.

Exigimos assim opções estratégicas mais equilibradas.

Por isso em nossa opinião, "O diagnóstico Social" que ainda recentemente aqui debatemos deverá ser um guia estratégico para as Grandes Opções do Plano, resulta daí a nossa preocupação.

Com tantas necessidades que ainda temos, conforme foi evidenciado no referido documento, neste ritmo de investimento nunca mais lá chegaremos...

O nível de endividamento e o serviço da dívida são um garrote castrador do desenvolvimento do nosso Concelho.

Mas não podemos baixar os braços e esperar 10 anos para que as condições objectivas se tornem mais favoráveis!...



Juntos queremos encontrar soluções que possibilitem uma mudança para melhorar e estruturar um futuro sustentado de felicidade para os maiatos! Nem que para isso tenhamos que mudar de politica e de maioria!!!

As maiorias PSD/CDS à muito lideram os executivos e por tal motivo não podem desresponsabilizar por este estado das finanças da autarquia!

Esperamos pois, que assumam humildemente as vossas responsabilidades e se empenhem numa mudança efectiva! Caso não queiram ou não o consigam os maiatos cá estarão para julgar quem os tramou com promessas impossíveis de cumprir!

Maia, 18 de Abril de 2007

Silvestre Pereira

P
JAS.

Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2006

Exmo. Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários
Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Srs. Deputados
Estimado Públíco e Comunicação Social

Encontramo-nos hoje a discutir a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2006. No entanto, a análise e discussão deste documento não devem ser dissociadas das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2006, tanto mais que o documento que discutimos hoje é demonstrativo do cumprimento ou não das Grandes Opções do Plano, é reflexo da capacidade que o Executivo tem de concretizar os objectivos a que se propõe em cada inicio de ano, é portanto o documento síntese da acção dos responsáveis políticos desta autarquia por aquilo que de bem ou mal se fez durante o ano de 2006. A julgar pela taxa de execução do orçamento proposto, e, esta ficou-se pelos 52.64%, parece-nos justo e legitimo afirmar que este Executivo deixou cair por terra as suas próprias expectativas, nada que surpreenda a CDU tanto mais que aquando da votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2006 referimos que o mesmo se encontrava inflacionado em 100%, o que efectivamente se verificou.

Fazendo uma análise mais objectiva às rubricas do Relatório de Gestão,
verificamos:

- Ao nível das **receitas correntes** verificamos que a sua taxa de execução se encontra em níveis bastante satisfatórios (99,91%), situação facilmente explicável pelo aumento da cobrança dos impostos directos devido ao facto de centenas de maiatos terminarem as Isenções do IMI e fruto da reforma patrimonial que começa agora a produzir efeitos, e não como possam eventualmente fazer-nos crer, fruto de qualquer outro fenómeno de crescimento económico ou de expansão urbanística, já que a receita dos impostos indirectos baixa substancialmente na categoria de loteamentos e obras.
- Ao nível das **receitas de capital** verificamos ano após ano que este executivo tem graves dificuldades em perceber a sua verdadeiramente capacidade de realizar/produzir receita para os cofres da autarquia, pois ano após ano esta fica-



se inevitavelmente abaixo dos 20% (17% em 2005 e 16% em 2006). Partindo do princípio de que se aprende com os erros cometidos, concluímos que este executivo se compraz em, anualmente, fazer crer aos maiatos de que será capaz de fazer mais e melhor do que no ano transacto. Tal situação não passa para nós de demagogia e duma falta de seriedade e respeito para com aqueles que democraticamente elegeram esta maioria que sabe à partida o que vai receber do OE, de Fundos Comunitários e que a sua capacidade de gerar receitas de capital passa exclusivamente pela venda de património.

- Ao nível das **despesas correntes** verificamos uma positiva contenção tendo sido gastos aproximadamente menos 10 milhões de €. No entanto, se atentarmos no item das "Despesas com Pessoal / remunerações certas e permanentes" verificamos uma clara necessidade de contenção da autarquia "visível principalmente nas rubricas de pessoal em regime de tarefa ou avença, titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos e ainda das despesas de representação", cenário que por ~~este~~ lado reflecte o reconhecimento da má gestão dos dinheiros públicos nesta categoria e que deixa vislumbrar o facilitismo e clientelismo a que o executivo se permitiu nestes últimos anos com a conivência do Partido Socialista, situação que se torna ainda mais gritante se lhe somarmos os recursos e dinheiros dispendidos com os encargos das empresas municipais
- Ao nível das **despesas de capital** verificamos que dos 25 milhões de € concretizados nesta rubrica, cerca de 15 milhões de € destinaram-se ao pagamento da dívida do município à banca, aos encargos da mesma e ao pagamento a fornecedores, restando portanto cerca de 10 milhões de € para o real investimento da autarquia em nova obra, uma quantia que se revela francamente baixa face às necessidades, designadamente, na construção de edifícios escolares do 1º ciclo, e que demonstra a gestão a que o município se vê obrigado a realizar em virtude das opções políticas anteriormente tomadas e sempre criticadas pela CDU. Gestão asfixiada pela dívida contraída e que invariavelmente impede a realização dos investimentos necessários e prometidos e penaliza a vida dos maiatos. Uma fragilidade a que o município está exposto do ponto de vista económico e da qual não procura sair.

R
JL
Jokc

O relatório aqui apresentado, que merece o nosso voto desfavorável, revela a realidade do concelho da Maia, realidade essa que do nosso ponto de vista está longe de ser saudável, sustentável e capaz de se desenvolver num sentido progressista.

Este relatório é o reflexo dum estilo de governação e administração económica incorrectas, que enquanto teve oportunidade se endividou sem pensar nos encargos e consequências que essa opção traria para o concelho. Opção política que nós sempre criticamos e que não raras vezes o Executivo camarário se vê obrigado a recuar, são disso exemplos a renegociação das dívidas com entidades bancárias, a antecipação das rendas das habitações sociais, entre outras.

Plano Banneade CDU
Braga
48/04/2007



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

1)
Ju AS.

Ex.mos:
Membros desta Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhores Vereadores

1. O Partido Socialista, enquanto força política líder da oposição municipal e principal responsável pela construção atempada de uma alternativa séria e consistente ao actual poder autárquico, acompanha de forma cuidada e construtiva a difícil situação financeira da Câmara Municipal da Maia. Apreciámos por isso de forma cuidada os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2006, apresentados pelo executivo a esta Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.
2. Não temos uma visão niilista da acção política. É uma postura geral de que não abdicamos, mesmo quando verificamos que nem sempre a actual maioria, designadamente nas intervenções realizadas nesta Assembleia, partilha esta forma de actuação e esta atitude na sua relação com os que, estando hoje na oposição, virão a assumir responsabilidades autárquicas no futuro, no quadro de uma inevitável e desejável alternância democrática. Assim, consideramos que, evidentemente, nem tudo é mau no relatório de gestão apresentado. Acompanhando uma tendência mais geral nos municípios portugueses, assiste-se a:
 - a. uma diminuição das despesas correntes em relação ao previsto, permitindo algumas poupanças correntes;
 - b. uma boa taxa de execução das receitas correntes, tendo estas tido um pequeno crescimento de 0,87%, infelizmente aquém dos 5,4% de crescimento que se verificou no mesmo período no conjunto das autarquias portuguesas.
3. Agora: não podemos esconder os problemas vividos pela autarquia e que surgem claramente vertidos no presente documento. Estamos perante uma câmara municipal limitada praticamente a uma simples gestão corrente. A paralisia da acção camarária no

R
JAF.

presente mandato, que vem sendo denunciada pelos municípios maiatos e pelo Partido Socialista nesta AMM, está claramente reflectida no presente Relatório de Gestão. O indicador mais óbvio desta paralisia é a queda no investimento global, que atinge 27,9 %, claramente superior à descida de 21% que se verifica no conjunto das autarquias portuguesas. A situação é especialmente grave por se saber que muito do investimento realizado correspondem a pagamentos protelados de obras já concluídas.

4. Esta paralisia camarária conduz inevitavelmente a uma taxa de execução muito baixa, na ordem dos 52%. Com efeito:
 - a. As receitas de capital, que constituem um elemento fundamental de financiamento em qualquer autarquia com capacidade empreendedora, apresentam uma taxa de execução de apenas 15,9% (10,4 em 65,4 milhões de euros)!
 - b. As despesas de capital, relativas a investimentos, apresentam uma taxa de execução de apenas 35,1 %.
5. Ora, o que estas taxas de execução revelam não é apenas a paralisia da CMM: o que está em causa é também a credibilidade dos documentos previsionais da autarquia. É tempo de arrepiar caminho! Já o temos dito e repetimos: o mau momento que vive a autarquia maiata deve ser encarado com preocupação, mas também com sentido positivo. Como fizemos noutras circunstâncias, às más notícias da maioria queremos responder com propostas construtivas da oposição. Perante a incapacidade do executivo camarário de gerar novas ideias e iniciativas, aumenta a responsabilidade socialista pela apresentação de novas soluções para a vida do concelho.
6. Por isso, o Partido Socialista apresenta nesta sessão da AMM uma proposta de recomendação que visa lançar um modelo próprio de ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS PARA O CONCELHO DA MAIA, que se suporte num pacto político entre as diferentes forças políticas que compõem esta Assembleia Municipal e num pacto cívico com os cidadãos e as suas estruturas associativas. É, como se sabe, uma solução política que tem vindo a multiplicar-se em toda a Europa e também em Portugal, que teve origem no poder local de esquerda e centro-esquerda, mas que se tem vindo a alargar a outros quadrantes políticos, com experiências também em autarquias de centro-direita, como acontece

2
7/5c.

designadamente na Alemanha. Com estes ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS procura-se essencialmente:

- a. apostar no aprofundamento da democracia local e na participação e responsabilização dos cidadãos, que se quer que constituam não como alternativa à representação democrática mas precisamente como condição fundamental para a qualificação do exercício do governo pelos eleitos locais.
- b. implicar também os cidadãos no processo de elaboração dos orçamentos municipais e de análise dos relatórios de apreciação de contas, designadamente através de metodologias participativas para a definição das prioridades orçamentais e para a avaliação da sua execução.
7. Vamos por isso propor como recomendação que se desencadeie este processo participado de implementação deste projecto de construção de ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS PARA O CONCELHO DA MAIA, que permita estabelecer consensos sobre: objectivos, âmbitos de aplicação, metodologias, fases de execução, processo e critérios de apreciação de propostas, modos de avaliação. E porque há vantagem em se iniciar o processo com a divulgação dos orçamentos e dos relatórios de prestações de conta já aprovados, propomos que, no quadro deste propósito, se promova desde já a sua divulgação, através de plataforma virtual e de outros processos considerados convenientes.
8. Como temos vindo a sublinhar nesta AMM, a afirmação do PS como líder de uma alternativa política séria e credível no concelho da Maia passa, de modo interligado, por um esforço permanente de construção de novas soluções políticas para o futuro da Maia e pela exigência crítica e construtiva relativamente ao executivo de direita. Queremos estar preparados para assumir responsabilidades executivas, mas pretendemos contribuir também para que, enquanto estivermos ainda na oposição, se vão atenuando os problemas e se vão estabelecendo na autarquia bons hábitos de governação!

Maia, 18 de Abril de 2007

Luis Rothes
Deputado Municipal do Partido Socialista

Ex.mo Srº Presidente da A.M.
Ex.mos Srº Secretários
Ex.mo Sr. Presidente da Câmara
Ex.mos Senhores Vereadores
Caros Colegas
Estimado Público
Comunicação Social

Doc. 12
J. B. C.

Os documentos que hoje são objecto da nossa apreciação traduzem o desempenho do nosso Município durante o ano de 2006.

A minha intervenção centrar-se-á nos aspectos mais relevantes da sua gestão, sustentados na excelência da informação analítica das diferentes peças que nos são presentes.

Iniciando essa análise pelo Balanço e Demonstração de Resultados, instrumentos fundamentais para avaliação da performance de qualquer instituição, importa salientar o crescimento do Activo Bruto em cerca de 2%, à custa do aumento do imobilizado fixo de natureza corpórea, e a redução do Passivo em cerca de 6%.

Os Fundos Próprios espelham igualmente um importante incremento, e o resultado líquido apresentado evidencia um claro contributo do ciclo de exploração através dos resultados operacionais alcançados, que possibilitam que os proveitos gerados suportem todos os custos e libertam ainda recursos para aplicação em despesa de investimento.

Estas conclusões são inteiramente suportadas pela análise, na óptica orçamental, que efectuarei de seguida.

Uma redução na Despesa de cerca de 17%, com um forte contributo das despesa de funcionamento, traduzidas na diminuição do montante das prestações de serviços e das despesas com pessoal, em termos reais, i.e descontando a actualização salarial. O peso desta rubrica continua por isso muito aquém dos limites legalmente definidos, tendo sido claramente atingido o objectivo definido pelo governo para 2006. No que respeita às despesas de Capital, importa referenciar que apesar de acompanharem a diminuição atrás referida, foram canalizados para investimento cerca de 41 milhões de euros dos quais uma parte substancial para funções sociais, em linha com o definido e expresso no PPI.

Do lado da RECEITA, cujo montante global atinge os 62,533 milhões, explicitada através das receitas correntes (51,888 milhões) com uma taxa de execução de 92 %, e das receitas de capital (10,471 milhões) que apresentam um crescimento em relação a 2005 superior a 10% , impõe-se salientar a forte estabilidade das receitas correntes.

O grau de autonomia financeira está traduzido nos dois principais rácios de estrutura conhecidos

- Peso das Receitas Próprias no Total das Receitas 73%

- Peso dos Impostos Locais no total das Receitas 60%



Ambos os indicadores traduzem um grau de eficiência elevado, quer na cobrança quer na execução orçamental e atestam de forma muito clara a nossa autonomia financeira.

Reportando-me ao nível do nosso endividamento e ao serviço da dívida, tema sempre muito caro a alguns palavrosos da nossa praça, impõe-se começar por referir, que ao longo de 2006, fruto de um elevado rigor orçamental, o montante em dívida foi reduzido em cerca de 10%, dos quais 8 % na dívida a médio e longo prazo e 12% na dívida a curto prazo. Aqui assume particular relevância a clara diminuição nas rubricas Fornecedores c/c, e Fornecedores de Imobilizado.

Impõe-se ainda salientar, em nome da verdade e do rigor, que o município da Maia é hoje credor do estado de um montante superior a 3.5 milhões de euros, resultante de projectos co-financiados, em curso, representando por tal facto uma dívida do Estado para com a Câmara Municipal.

Geralmente o que o Município da Maia é credor é ao Estado
A clareza dos números fala por si e reafirma tudo o que disse sobre o desempenho deste executivo ao longo de 2006.

Estou certo, e todos os indicadores o confirmam, que este é o caminho que iremos continuar a trilhar na procura permanente de uma,

ainda maior, eficiência na gestão dos nossos recursos.



É pois com total convicção que iremos aprovar este documento, suportados no excelente trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, num contexto económico fortemente recessivo, patente na forma gradualista como tem sabido responder aos desafios de cortar, efectivamente, na despesa mantendo um elevado nível de investimento.

Para si, Srº Presidente da Câmara, uma palavra de agradecimento e reconhecimento pela dedicação e determinação que tem demonstrado, na defesa dos superiores interesses do nosso concelho, patente na forma sensata e equilibrada como o tem dirigido, e cujo testemunho está bem expresso nestes documentos.



DOC.13 R

J/T
J/T

Declaração de voto do ponto 3.6

Embora pretende-se provocar aqui uma grande discussão acerca deste relatório de contas e do seu resultado, por entender que fica muito aquém do esperado, não o faço pelo respeito que me merece o Sr. Presidente da Câmara.

Para confirmar e justificar esta minha atitude, chamo atenção dos seguintes resultados:

Vejam

Em 2005, com uma taxa de execução de 81,72%

Os Serviços tiveram um resultado positivo de 5.570.307,07 Euros

Em 2006, com uma taxa de execução de 79,02%

Os Serviços tiveram um resultado de 135.661,66 Euros

Ora em 2006 o resultado é menos 5.434.645,40 Euros, é de facto uma grande preocupação

Por estes motivos e outros que me abstenho de comentar, atrever-me-ia a solicitar à Câmara Municipal se não valeria a pena repensar a substituição do actual Director Delegado à frente dos Serviços Municipalizados, da MAIA

Maia 18 de Abril de 2007

Arídio dos Anjos Teixeira





Partido
Socialista

Ex.mo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mos. Senhores Secretários

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Ex.mos. Senhores Vereadores

Ex.mos. Senhores Deputados

Comunicação Social

Estimado Público

O assunto em discussão neste ponto, sugere ao Partido Socialista alguns comentários. Desta vez ~~só~~ para lamentar a ~~triste cena de~~ ver a Câmara Municipal notificada e envolvida num processo de execução fiscal pelo alegado não cumprimento de deveres tributários relacionados ainda com aquele mal-fadado negócio com a banca, da antecipação das rendas devidas ao município por contratos de arrendamento habitacional em contrapartida da cedência dos respectivos créditos.

É claro que é desejo do Partido Socialista que em resultado da reclamação graciosa agora apresentada, a Câmara Municipal não tenha que vir a suportar mais este encargo da dívida reclamada pela administração fiscal.

Neste fase, é certo que:

Do processo de execução da suposta dívida do IVA relacionada com aquela transação e calculada em € 5.175.787,40 a Câmara Municipal da Maia já não se livra.

Da apresentação de uma garantia real só para suspensão desse processo de execução, também não.

Que de entre outro património igualmente emblemático do concelho, foi escolhido o Fórum da Maia para constituir a garantia real, também não temos dúvidas, é isso que vamos votar.

Estamos a falar de uma avultada dívida e em consequência da mesma da hipoteca sobre o Fórum da Maia.

Senhor Presidente, é um gesto honroso pagarmos as nossas dívidas, mas tal como o Partido Socialista alertou em devido tempo, os custos e os riscos associados a este negócio eram enormes e bem dispensáveis para a já dramática situação financeira da Autarquia.



Os deputados da maioria, dedicados ao sistemático elogio da excelência da governação do município, consideraram naquela altura que o negócio era vantajoso, que a Câmara iria poupar em custos de estrutura para a cobrança das rendas, a antecipação dos montantes por parte da banca evitaria recurso a créditos mais onerosos, enfim, só vantagens.

Vê-se. Por este andar, metade do valor das rendas é consumido pelos custos do negócio e assim fica mais pobre a nossa MAIA.

Senhor Presidente, caros deputados, os maiatos não mereciam, deste Executivo, ver por causa deste negócio, o Fórum da Maia hipotecado.

Neste sentido, ao Partido Socialista que sempre se demarcou de tamanha asneira e porque deseja o melhor para a Maia, resta-lhe a abstenção como única expressão de voto.

P'lo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

A Deputada

M.ª Luisa Barreto

HÉLDER RIBEIRO